

## **CARTA DE BRASÍLIA**

Nós, integrantes do Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, reunidos em plenária final do pré-evento deste Comitê “Antropologia e museus: os desafios do contemporâneo”, realizada no dia 9 de dezembro de 2018, e na reunião deste Comitê no dia 10 de dezembro de 2018, ambas no Instituto de Ciências Sociais da UnB, acordamos coletivamente resoluções e moções que divulgamos por meio deste documento que intitulamos Carta de Brasília.

Como Resoluções, destacamos:

- Retomada do Prêmio Mário de Andrade de teses e dissertações no campo dos patrimônios e dos museus em diálogo com a antropologia.
- Elaboração e divulgação de uma agenda anual das atividades propostas pelos profissionais do campo antropológico brasileiro que atuam nas áreas de patrimônios e museus, em especial aquelas difundidas pelas seguintes redes: Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, Museus da Amazônia em Rede, Rede Cearense de Museus Comunitários, Rede São Paulo de Memória e Museologia Social, Rede Educadores de Museu do Brasil e Rede de Professores da Baixada Fluminense.
- Articulação com instituições, associações e redes internacionais e nacionais voltadas para a área de patrimônios e museus no diálogo com a antropologia, em especial: ICOM (Conselho Internacional de Museus) e ICOM/Brasil; ICME (Comitê de Museus Etnográficos do ICOM); IUAES e Comissão de Museus e Patrimônio Cultural da IUAES; American Anthropological Association; Forum Interamericano e Caribenho do Patrimônio Cultural; Conselhos de patrimônios e museus do IPHAN, do IBRAM e de instituições estaduais e municipais.
- Identificação e criação de um cadastro das coleções etnográficas/antropológicas e dos museus etnográficos/antropológicos existentes no país.
- Sistematização de pesquisas, teses e dissertações relacionadas ao campo de museus e patrimônios em diálogo com a antropologia.
- Atuação no sentido de garantir o cumprimento efetivo da Recomendação da UNESCO aprovada em 17 de novembro de 2015 referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade.

Aprovamos ainda as seguintes moções:

- Defendemos a autonomia do Museu Nacional enquanto museu universitário no âmbito da UFRJ e do Ministério da Educação, enfatizando a soberania do princípio da autonomia universitária, e repudiando qualquer ação que venha ferir esse princípio.
- Defendemos a permanência do Instituto Brasileiro de Museus e repudiamos a Medida Provisória 850, que prevê a criação da ABRAM, agência de direito privado cuja explícita intenção - em contradição com os princípios constitucionais do Artigo 215 que garantem a diversidade cultural - visa enfraquecer e desmontar a Política Nacional de Museus criada em 2013, fruto de históricas mobilizações de setores organizados da sociedade civil e do Estado no campo dos patrimônios e dos museus.
- Defendemos o reconhecimento e valorização da pluralidade étnico-cultural brasileira e a garantia dos direitos constitucionais relativos ao patrimônio material e imaterial das populações indígenas e tradicionais, e a continuidade da demarcação das terras indígenas e quilombolas.

- Defendemos a autonomia e a integridade dos museus comunitários, especialmente os museus de comunidades periféricas e indígenas, e repudiamos os assédios sofridos, em particular por grupos armados paramilitares e grupos fundamentalistas.

- Defendemos a permanência do Ministério da Cultura no âmbito da estrutura administrativa do Governo Federal brasileiro e a manutenção das políticas públicas relativas ao patrimônio material e imaterial e aos museus.

**Distrito Federal, Brasília, 12 de dezembro de 2018**  
**Assembleia da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia**